

## **Processo de empresariamento da educação pública paranaense e a interferência na autonomia pedagógica das escolas.**

Maria Eunice Martchuk da Costa (UEPG)  
[nicemartchuk@gmail.com](mailto:nicemartchuk@gmail.com)

Carina Alves da Silva Darcoletto (UEPG)  
[carinadarcoletto@yahoo.com.br](mailto:carinadarcoletto@yahoo.com.br)

### **1 Introdução**

Este texto é resultado parcial da pesquisa de mestrado na área da Educação, em andamento, a qual tem por objetivo analisar as políticas de gestão gerencialista que vem sendo implantadas pelo governo do Paraná, protagonizadas por institutos e fundações do setor privado que adentram o ambiente escolar, acompanhadas de mecanismos de controle, tais como: plataformas digitais, cursos *online* obrigatórios e projetos de tutorias pedagógicas, com o intuito de assessoramento educacional.

A educação pública paranaense retoma as investidas neoliberais com Carlos Alberto Richa (PSDB), governador do estado de janeiro de 2011 e abril de 2018, e ganha muita força com a gestão do atual governador, Ratinho Junior (PSD) - 2019-2022, reeleito para o mandato de 2023-2026. A fim de responder aos anseios do capital, Ratinho Júnior utiliza propaganda de que tais ações e parcerias melhoram índices educacionais não atingidos quando a gestão da educação fica a cargo somente do Estado. Sob a perspectiva neoliberal são implementados modelos de políticas de gerencialismo, que é um conjunto de ações que impõe a lógica do mercado nas suas práticas organizacionais e concepções ideológicas em todos os espaços e serviços públicos, alegando serem mais eficientes, mais competentes e de obterem mais e melhores resultados (COSTA, 2022). Em resumo, uma forma de educação tratada como mercadoria sob uma ótica de constante vigilância, retirando do professor qualquer capacidade de realização de um trabalho autônomo, consciente e transformador.

Tendo em vista esse cenário, buscamos, aqui, sinalizar os institutos, fundações ou organizações que se encontram vinculados à atual secretaria de Educação do Paraná, tendo por objetivo apontar possíveis relações desses órgãos com o direcionamento das práticas pedagógicas das escolas públicas. A discussão apresentada é embasada no método materialista histórico e dialético.

## **2- A interferência dos institutos privados na autonomia pedagógica das escolas**

Atualmente, a gestão nas escolas públicas paranaenses tem sido impactada por imposições e ditames que ficam sob controle dos empresários, assim como as concepções, conteúdos, métodos e demais ações desenvolvidas na escola. Esses mecanismos de controle, cada dia mais presentes nas escolas, devem-se ao avanço das parcerias do Governo do Estado com a iniciativa privada.

A chegada ofensiva desses órgãos de iniciativa privada impõe para a educação pública princípios de uma gestão empresarial que modificam as condições de trabalho dos profissionais da educação e sua relação com o ensino, ao mesmo tempo em que o governo se exime de sua responsabilidade com a gestão da educação pública delegando para as grandes corporações empresariais o direcionamento das políticas educacionais, as ações de formação continuada dos professores e o acompanhamento do processo educativo dos estudantes das escolas públicas paranaenses. A esse respeito, Shiroma (2003) salienta alguns aspectos de terminologia que passam a fazer parte do universo conceitual desse novo modelo de gestão:

O gerencialismo tende também a modificar a seleção dos vocábulos que os profissionais empregam para discutir a mudança. Eficiência, competência, qualidade total, inovação, cultura organizacional, empreendedorismo, gerência, liderança, entre outros, são termos transplantados do vocabulário da administração de empresas para a educação. Essa absorção de conceitos influencia não só a linguagem mas, fundamentalmente, a prática. (SHIROMA, 2003, p.78)

São termos tipicamente do mundo dos negócios, do livre mercado, em que a compra e venda de produtos e serviços são o principal objetivo. No entanto, a escola pública não deveria ser entendida como um balcão de negócios que responde aos anseios do capital, e que dita o que deve e de que forma se pode fazer.

A Secretaria de Estado de Educação do Paraná desenvolve parcerias e estabelece convênios com diversas entidades privadas ligadas a setores da indústria e comércio, que se organizam por meio de institutos ou fundações, com acordos de cooperação que estão expressos em documentos publicados no site oficial da Secretaria Estadual de Educação do Paraná, disponíveis para consulta em Parcerias, Convênios e Doações da SEED-PR

(PARANÁ, 2022). Analisando as informações, identificamos os principais órgãos e parcerias estabelecidas pelo governo do Paraná para a execução das ações referentes à educação pública no estado. Entre eles destacamos: Instituto Êxito de Empreendedorismo; Serviço Social do Comércio (SESC); Instituto Lemann e Sicroniza; Instituto Sonho Grande; Instituto Natura; Instituto de Corresponsabilidade pela Educação; Instituto Compartilhar; Banco Central do Brasil; Vetor Brasil; Nova Escola; Canal 20 Virtual (CATVE); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); Fundação Itaú para Educação e Cultura; Associação Instituto Iungo; Klabin S.A.; Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP).

Passamos a buscar elementos que possibilitem entender como funcionam as ideologias empresariais e seus interesses em prestar consultoria educacional, ao mesmo tempo que vendem seus produtos tecnológicos e didáticos à Secretarias de Estado.

Esses órgãos de iniciativa privada, que não têm em suas origens vínculos com a educação, avançaram significativamente na formulação e execução das políticas educacionais. Ao efetivar tais parcerias com a iniciativa privada, Ratinho Júnior limitou a autonomia, os processos de cooperação, a construção de processos democráticos, e impôs a função fiscalizadora, ao instigar a competição, o controle, a vigilância e o monitoramento.

Muitas dessas ações impositivas dentro dos ambientes escolares foram possíveis quando a escola passou a contar com ferramentas tecnológicas de plataformização, avaliações censitárias e programas de Tutoria Pedagógica, fundamentadas no Guia de Tutoria Pedagógica da Fundação Itaú Social de 2014, onde, de acordo com Mendes, Horn e Rezende (2020), as ações de tutoria adentram aos espaços escolares com a estratégia de realizar formação em serviço, quando na verdade a presença no âmbito da escola se resume a reuniões com os gestores com o propósito de cobrar a execução das normativas e decretos vigentes, elaborar e monitorar metas, controlando rigorosamente os processos pedagógicos, transformando professores e gestores em meros executores de tarefas.

### 3 - Considerações Finais

O modelo de gestão implementado pelo governo Ratinho Júnior fere os princípios da gestão democrática, conquistados por meio da mobilização popular e que estão expressos na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – 9394/96), pois, a gestão democrática não condiz com a gestão empresarial, visto que a gestão democrática pressupõe a compreensão do sentido público, enquanto a gestão empresarial consiste nas práticas de interesse privado. A excelência do modelo empresarial que se busca implantar nas políticas de gestão da escola pública apresenta a intencionalidade de minimizar a presença do Estado na execução das políticas públicas para a Educação.

A educação pública é o espaço de formação dos filhos da classe trabalhadora e não deve estar voltada aos ditames do mercado e sim à formação humana emancipadora, portanto se faz necessário lançar as críticas sob a apropriação desses organismos privados ao sistema público de educação que se desenvolvem utilizando dinheiro público que deveria ser aplicado na expansão da educação pública.

### Referências

COSTA, R. C. Gestão Democrática da escola em tempos de neoliberalismo, conservadorismo e militarização da educação. In: PEREIRA, A. L. (org.). **Docência Processo do Aprender e do Ensinar**. São Carlos: Pedro&Paulo, 2020. p. 19-39.

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. **Guia de tutoria pedagógica**. São Paulo: Fundação Itaú Social, 2014.

MENDES, A. A. P.; HORN, G. B.; REZENDE, E. T. de. **As políticas neoliberais e o pragmatismo gerencial na educação pública paranaense**. Roteiro, [S. l.], v. 45, p. 1–24, 2020. DOI: 10.18593/r.v45i0.22393. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/22393>. Acesso em: 7 ago. 2022.

PARANÁ. Secretaria de Educação e do Esporte. Parcerias, Convênios e Doações da Seed-PR, 2022. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/Convênios>. Acesso em: 01 de ago 2022.

SHIROMA, E. O. Política de Profissionalização Aprimoramento ou Desintelectualização do Professor? **Intermeio: revista do mestrado em Educação**. Campo Grande, MS, v.9, n. 17, p. 64-83, 2003.